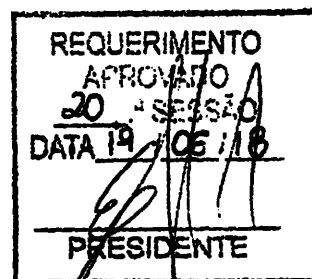




Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo



**SENHOR PRESIDENTE;
SENHORAS VEREADORAS;
SENHORES VEREADORES:**

Requerimento N.º

225 /18

A representativa popular em uma democracia se dá através do legislativo, seja ele municipal, estadual ou nacional, a democracia em termos absolutos tem esse papel fundamental.

Então como atender os anseios do povo na era digital?

Hoje qualquer cidadão pode se manifestar através das redes sociais, entendo que essas manifestações devem ser propositivas e construtivas, pois uma das funções dos legislativos é elaborar legislação que torne melhor a vida do cidadão.

Acredito que a participação popular, consiste na possibilidade de os cidadãos colaborarem ativamente nas atividades do Poder Legislativo e de suas tomadas de decisão.

A plataforma e-Democracia foi desenvolvida em parceria com a Câmara dos Deputados do Distrito Federal e com o Programa Interlegis do Senado Federal, esse é o primeiro resultado de um esforço de abertura transparente e participativa de casas legislativas no Brasil e que configura o movimento chamado de Parlamento Aberto.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Alinhado com iniciativa internacional que pretende incentivar práticas relacionadas à transparência dos governos, o conceito de Parlamento Aberto defende maior interação entre cidadãos e legislativos, acesso à informação pública, prestação de contas, participação do cidadão no trabalho legislativo e no controle social para a garantia da ética e da probidade no exercício da atividade parlamentar.

Por isso, a plataforma e-Democracia reúne ferramentas e boas práticas para a divulgação e integração de tecnologias e conteúdos.

Diante do exposto **requeiro**, a mesa ouvido o colendo plenário e satisfeita todas as formalidades regimentais, que essa casa de leis entre em tratativas com o Senado Federal, para que haja a implantação dessa plataforma digital nesse legislativo.

Praia Grande, 19 de Junho de 2018.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi

Roberto Andrade e Silva
Betinho
Vereador

17/04/2018 - 15h55

Câmara Legislativa do DF lança e-Democracia com base em plataforma participativa da Câmara dos Deputados

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) lançou, nesta terça-feira (17), a versão local da plataforma **e-Democracia**, para que cidadãos participem dos debates e da elaboração das leis.

Desenvolvido pelo Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados e distribuído pelo Programa Interlegis do Senado Federal, o **e-Democracia** foi adaptado para a CLDF como a primeira experiência para, em um trabalho colaborativo, possibilitar o uso da ferramenta em todas as casas legislativas do País.

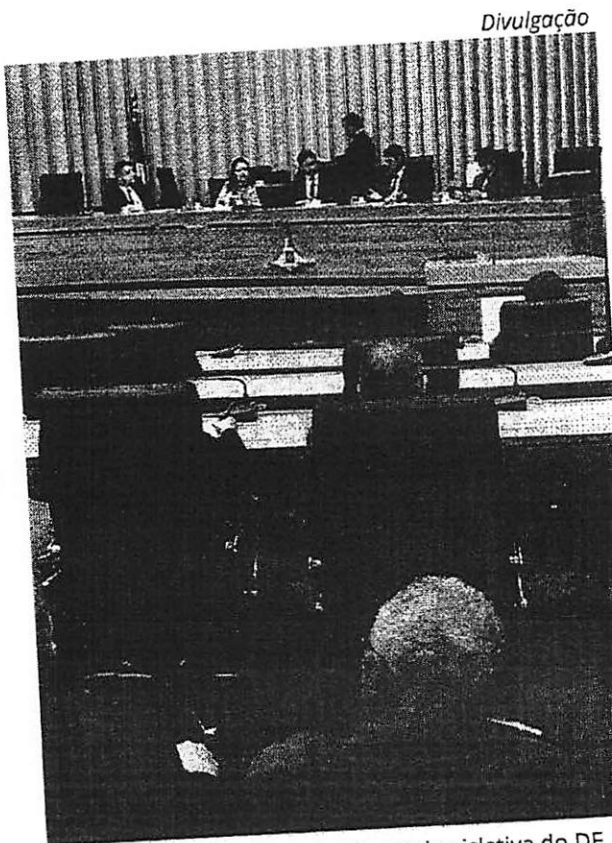
O evento contou com a presença do presidente da Câmara Legislativa, deputado Joe Valle (PDT), e do ouvidor, deputado Chico Leite (Rede); e de representantes do Laboratório Hacker de Inovação da CLDF (LabHnova) e do **LabHacker da Câmara dos Deputados**, além de convidados.

Com o acordo assinado entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para a distribuição da plataforma, o objetivo é que possa ser usada em mais de 1.500 municípios integram o **Programa Interlegis**. Para isso, a casa legislativa deverá entrar em contato com o Interlegis, que fará a adaptação do e-Democracia.

A plataforma já está sendo implantada na Câmara Municipal de Três Corações, em Minas Gerais; em órgãos do Poder Executivo, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e no Parlamento da França.

Sistema modular

O e-Democracia é gratuito e fácil de instalar. Os módulos de participação podem ser escolhidos no momento da definição do modelo de plataforma e do que será oferecido aos cidadãos, de debates simples sobre determinados temas à produção colaborativa de proposições. A casa legislativa pode ainda propor a inclusão outras ferramentas. Atualmente, são oferecidos os módulos Audiências Interativas, Wikilegis e Expressão.



Solenidade no Plenário da Câmara Legislativa do DF para lançamento da versão local do e-Democracia

No Audiências Interativas, os cidadãos podem participar ao vivo de evento transmitido pela internet e interagir com os participantes – enviando perguntas para os parlamentares e convidados ou trocando ideias com os cidadãos que também estiverem na plataforma.

As perguntas mais votadas pelos próprios internautas são respondidas durante o evento. Qualquer tempo, os cidadãos podem consultar o conteúdo da sala de bate-papo e as perguntas

contendo da audiência, com o vídeo da íntegra do debate, o conteúdo da sala de bate-papo e as perguntas votadas com as respectivas respostas.

O Wikilegis permite a edição colaborativa de proposições, artigo por artigo. O parlamentar relator inclui o texto na plataforma e conta com a experiência e a expertise dos internautas em cada tema. Na Câmara dos Deputados, leis importantes foram construídas com a colaboração dos cidadãos, como o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) e o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/11) entre outras.

importantes para os cidadãos. Esses debates são feitos entre os internautas e também com a participação de parlamentares ligados ao tema.

Da Redação - RM

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

- Câmara Notícias
Expediente